

A questão da natureza na Júlia ou a Nova Heloísa

Manoel Dionizio Neto¹

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

manoel.dionizio@professor.ufcg.edu.br

Resumo: Cumpre-se pensar a questão da natureza em Jean-Jacques Rousseau tendo a *Júlia ou a Nova Heloísa*, sua obra epistolar, como referência. Para isso, busca-se, de forma descriptiva, refletir sobre as possibilidades mais diversas do pensar sobre o que seja *natural*, ou seja, trata-se de refletir, a partir de uma descrição fenomenológica, sobre os possíveis conceitos de natureza que faz de Rousseau o Iluminista que insere no *Iluminismo* a questão da Natureza, como um dos focos principais para o qual se deveria voltar o ser humano em sua busca do conhecer-se a si mesmo. Parte-se, então, do exposto como prefácio, estendendo-se, passo a passo, a diferentes *Cartas*, onde se encontram referências à *Natureza*. A que são remetidas quando a questão da natureza, quando vem à tona essas referências? Esta é a questão que se coloca ao se debruçar sobre as mensagens e narrativas das epistolas de Júlia e Saint-Preux, bem como de outros personagens dessa obra de Rousseau, como são o caso de Clara e Wolmar. Casada com Wolmar, para que se cumprisse a convenção social, que dizia ser a afirmação do casamento segundo a vontade do pai, Júlia continua enamorada de Saint-Preux, contrariando-se assim a natureza que se identificasse com a essência humana, enquanto natureza que se diferencia no homem e na mulher, acenando-se para o que, posteriormente, fora desenvolvido ao tratar da relação entre Emílio e Sofia, guardando-se as diferenças entre Sofia e Júlia. Vê-se, pois, que, na Carta X, Saint-Preux se dirige a Milorde Eduardo para lhe dizer das conclusões a que chegou Júlia a respeito da relação entre os cônjuges, considerando as diferenças naturais entre os sexos. Por isso afirma que, na França, faz-se o contrário do que é proposto pela própria natureza: a separação dos sexos por meio de suas ocupações distintas, evitando-se as relações cotidianas entre homens e mulheres. Deste modo, é possível constatar o distanciamento dos costumes franceses de sua época com o que era proposto pela natureza, o que muito bem se fez notável na separação do próprio Saint-Preux e Júlia, para que se fizesse a vontade do pai dessa última que, por sua vez, impôs as determinações da tradição como expressão das convenções contrárias à *natureza*.

Palavras-chave: Natureza. Convenção Social. Júlia. Saint-Preux. Wolmar.

The question of nature in Julia, or the New Heloise

Abstract: It is necessary to consider the question of nature in Jean-Jacques Rousseau, using his epistolary work, Julie, or the New Heloise, as a reference. To this end, we seek, in a descriptive manner, to reflect on the diverse possibilities of thinking about what is natural; that is, we reflect, from a phenomenological description, on the possible concepts of nature that make Rousseau the Enlightenment thinker who inserts the question of Nature into the Enlightenment as one of the main focuses to which humankind should turn in its quest for self-knowledge. We then begin with what has been presented as a preface, extending, step by step, to different Letters where references to Nature are found. To what are these references referred when the

¹ Professor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2352760364720801> Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-1218-900X>

question of nature comes to the fore? This is the question that arises when examining the messages and narratives of the letters of Julie and Saint-Preux, as well as those of other characters in Rousseau's work, such as Clara and Wolmar. Married to Wolmar to fulfill social convention, which stated that marriage was based on the father's wishes, Julie remains enamored of Saint-Preux, thus contradicting the nature that identifies with human essence, a nature that differentiates between men and women, alluding to what would later be developed when discussing the relationship between Émile and Sophie, while acknowledging the differences between Sophie and Julie. It can be seen, therefore, that in Letter X, Saint-Preux addresses Lord Edward to tell him of the conclusions Julie has reached regarding the relationship between spouses, considering the natural differences between the sexes. Therefore, he states that in France, the opposite of what nature itself proposes is done: the separation of the sexes through their distinct occupations, avoiding daily relations between men and women. In this way, it is possible to observe the distance between the French customs of his time and what nature proposed, which was very clearly evident in the separation of Saint-Preux and Julie, so that the will of the latter's father could be fulfilled, who, in turn, imposed the dictates of tradition as an expression of conventions contrary to nature..

Keywords: Nature. Social Convention. Julia. Saint-Preux. Wolmar.

1. Introdução

Propomo-nos aqui expor uma leitura do que se pode compreender como natureza na *Júlia ou Nova Heloísa* de Jean-Jacques Rousseau. Buscamos, assim, empreender essa leitura em um diálogo com o próprio autor, tendo por referências diferentes cartas em que se faz possível pensar sobre o que seria natural, para o autor, tendo em vista às condições em que se pode situar a trama central do romance, toda ela envolvendo a natureza, que se pode identificar em diferentes modos de ser. Neste sentido, perguntamos pelo sentido dos jardins e dos bosques, bem como pelo sentido em que se pode pensar toda paisagem que envolve os amantes. Júlia e Saint-Preux, personagens principais da narrativa de Rousseau, puderam desfrutar de momentos ímpares em meio a essa natureza, fazendo parte da paisagem, espaços para outros personagens, dentre eles, Clara, Millor de Eduardo e Wolmar, sem contar ainda com os pais de Júlia e seus filhos.

De que modo é possível ressaltar a relação desses personagens com essa paisagem, com a qual identificamos também a natureza a que se contrapõem os costumes, que jogam com os seres humanos representados pelos personagens que padecem do infortúnio quando postos em meio à natureza subvertida pela sociedade. Em meio a essa natureza, buscando fugir ou sobrepor-se aos costumes, os amantes são forçados à transformação do amor em amizade, sem que isso se ratifique nos sentimentos devotados um pelo outro, mesmo não se ignorando a possibilidade de outras relações ditadas pelas convenções.

Para a compreender o comportamento desses personagens em suas múltiplas relações com a natureza, vista esta em suas diferentes dimensões ou formas de ser, buscamos, nas seis partes que compõem a obra, leituras de cartas que nos colocam frente a essa realidade em que se encontram imersos os amantes, bem como os demais personagens aqui ressaltados. Assim, depois de refletirmos sobre o que está exposto no que o autor chama de “Segundo Prefácio”, visitamos cada

uma das partes dessa obra para que, em cada uma delas, fosse possível refletir sobre a significação da natureza, tendo em vista o exposto em cada uma das cartas que selecionamos para esta leitura.

Portanto, é com essas cartas que chegamos aos personagens da obra com quem dialogamos, de modo que, através delas, se faça o diálogo com o autor que pôs como instrumento de comunicação as suas epístolas.

2. Conforme o exposto no “segundo prefácio”

Na *Júlia ou Nova Heloísa*, obra epistolar de Rousseau, deparamo-nos com a questão da natureza em suas mais diferentes possibilidades de compreendê-la, como é próprio de toda obra do referido autor. Assim, ao voltar-se para as supostas cartas postas para a publicação em forma de livro, começa simulando *prefácios*. Assim, a partir do “Segundo Prefácio”, vem à tona a questão da natureza, quando ele afirma: “Sabeis até que ponto os homens diferem entre si? Como são opostos os caracteres? Como os costumes, os preconceitos variam segundo as épocas, os lugares, as idades? Quem ousa marcar os *limites precisos na natureza* e dizer: eis até onde pode ir o homem e não além?” (Rousseau, 1994, p. 26 – grifo meu).

Cabe, então, perguntar aqui o que quis Rousseau dizer ao se referir à natureza, ao perguntar por alguém que ousa “*marcar os limites da natureza*”. A afirmativa seguinte, como explicativa ou complemento de seu questionamento, é bastante esclarecedora: ele pergunta também quem é que, tão ousado assim, poderia depois afirmar: “eis até onde pode ir o homem e não além”. Considerando o que está exposto pelo raciocínio, desde a primeira frase, verificamos que se trata de trazer a reflexão para compreender a diferença entre natureza e costumes, e verificar que há uma diferença fundamental entre o que é propriamente humano, mas que não lhe é essencial, de modo que, por mais que seja próprio do homem em um determinado tempo ou lugar, não concerne ao que é propriamente da espécie, o que é permanente ou transcende ao aqui e ao agora. Isto é: o que é propriamente da espécie humana é aquilo que não se reduz a uma particularidade. Dizer, então, que os limites do homem são estes e não outros é apontar para a sua natureza como sendo aquilo que não varia conforme o tempo nem um lugar, mas, por outro lado, não poderemos conceber com tanta clareza ao ponto de podermos identificar os seus limites. O que o autor diz logo em seguida nos ajuda mais ainda a compreender em que sentido ele pensa a natureza, distinguindo-a dos costumes. Somos, portanto, levados a pensar sobre esta diferença a partir do momento em que ele faz a seguinte interrogação: “Com este belo raciocínio os monstros espantosos, os gigantes, os pigmeus, as quimeras de todas as espécies, tudo poderia ser admitido especificamente na natureza, tudo seria desfigurado, não teríamos mais um modelo comum?” E para responder a esta pergunta, afirma: “Repto, nos Quadros da humanidade cada um deve reconhecer o homem” (Rousseau, 1994, p. 26).

O que compreender disso que Rousseau nos diz a respeito da natureza? Primeiro, ele nos chama a atenção para a dificuldade em separar o que é ou não da natureza. Em um segundo momento, considerando a efetiva desfiguração do homem quando comparado a outras espécies, pergunta se teria um modelo comum. Com isso ele está perguntando pela possibilidade de ainda se buscar uma essência humana, o que seria a natureza propriamente humana, de modo que cada um possa ver no que aparece da humanidade, o que nele é essencialmente humano. Confirmado isso, diz: “Concordo, contanto que saiba também discernir o que são variedades e o que é essencial à espécie. Que direis daqueles que somente reconhecem a nossa no trajo à francesa?” (Rousseau, 1994, p. 26).

Com esse modo de referir-se à natureza, Rousseau está, ao mesmo tempo, pensando na espécie humana dentre outras espécies que fazem parte da natureza, mas ao mesmo tempo considerando o que é a natureza humana. Ou seja, a natureza é aqui compreendida em duas perspectivas: aquela que se tem como condição de existência de tudo que se possa pensar como não artificial, isto é, feito pelo homem, e, por outro lado, pensando a essência humana como aquilo que está presente no ser humano e que não desapareceu mesmo considerando toda desfiguração da espécie. E é justamente esta última que tem sido confundida com os costumes, de modo que se fala do que se tornou hábito como sendo o que é próprio da espécie, como o que se pode dizer do confundir a natureza humana com o modo de vestir, que passa a ser identificado como comum a todos os homens, quando se trata de modo de vestir ditador pela cultura.

3. Conforme o exposto na “primeira parte”

Depois de suas reflexões nesse suposto “Segundo Prefácio”, ele passa à “Primeira Parte” de sua obra. E logo nos deparamos com a seguinte afirmação feita por Saint-Preux ao dirigir-se a Júlia: “Mas de onde viria esta amarga alternativa e por que tornar incompatível o que a natureza quis reunir? Dizeis que o tempo é precioso, saibamos gozar dele tal como é e preservemo-nos de perturbar, com nossa importância, seu curso tranquilo” (Rousseau, 1994, Parte I, Carta X, p. 61-62).

A natureza aqui é referida como uma força que une a posse dela e o seu coração de tal modo que não é possível separar, uma vez que *essa mesma natureza* fez das coisas uma só, portanto, posse e coração passaram a ser coisas inseparáveis. O tempo, por outro lado, parece ser uma dessas coisas que a natureza faz e que não pode e/ou deve ser alterado segundo o capricho dos amantes. Portanto, seguir a natureza significa, também, não perturbar o curso tranquilo do tempo, não o perturbando com o que possa parecer importante aos olhos dos amantes, isto é, eles mesmos. Assim, não haveria razão para a incompatibilidade no que foi reunido pela natureza. Em uma outra Carta, também a Júlia, Saint-Preux diz:

A vaidade, medindo as forças da natureza pela nossa fraqueza, faz-nos considerar quiméricas as qualidades que não sentimos em nós mesmos; a preguiça e o vício apoiam-se nessa pretensa impossibilidade e o que não se vê todos os dias o homem fraco assegura que não se vê nunca (Rousseau, 1994, Parte I, Carta XII, p. 66-67).

Rousseau, através de um dos principais personagens da obra, nos diz que somos impulsionados por nossa vaidade a minimizar as qualidades do outro que não encontramos em nós. Assim, as qualidades que não temos passam a ser consideradas como ilusões, algo sem muita ou sem nenhuma importância. Isto expressa a nossa fraqueza que não nos deixa ver aquilo que, em nós, não esteja sempre presente. Pode-se assim compreender a dificuldade que temos em aceitar as nossas limitações, de modo que insistimos em não ver em nós mesmos aquilo que nos foi proporcionado pela natureza. Neste sentido, a natureza fica concebida como uma força que nos faz ser segundo uma determinada forma, que reúne certas qualidades e não outras, quando fingimos achar menos importante ou sem importância aquelas que temos. Nessa mesma Carta, Rousseau (1994, Parte I, Carta XII, p. 67) afirma, mais uma vez pela boca de Saint-Preux: “Sempre acreditei que o bom não era senão o belo posto em ação, que um estava intimamente ligado ao outro e que ambos tinham uma fonte comum na natureza bem ordenada”. Isto confirma o entendimento anterior, segundo o qual, a natureza reúne, em nós, aquelas qualidades que, quando bem ordenadas, traduz toda beleza que nos faz ser bom, permitindo, inclusive, a afirmação de que *o homem é bom por natureza*. E, em resposta a Saint-Preux, Júlia diz:

A partir do momento em que a sede de amar apoderou-se de meu coração e em que senti nascer nele a necessidade de uma afeição eterna, não pedi ao Céu que me unisse a um homem amável, mas a um homem que tivesse uma bela alma, pois sentia perfeitamente que, de todas as qualidades que se podem ter, é a menos sujeita ao fastio e que a retidão e a honra ornam todos os sentimentos que elas acompanham (Rousseau, 1994, p. 69)

Vemos aqui que Rousseau, através de Júlia, personagem central da sua obra, par romântico de Saint-Preux, não se refere diretamente à natureza, mas nos leva a compreendê-la associada ao Céu como uma força capaz de unir as pessoas numa relação amorosa. Assim sendo, Júlia diz apelar para esse Céu, quer dizer, para a natureza, para que fosse unida “a um homem que tivesse uma bela alma”. O que poderia ser também essa “bela alma”? O mesmo que poderíamos perguntar sobre o que se poderia entender sobre o “coração”. Alma e coração podem ser, sim, também compreendidos como qualidades com que se identifica o humano que, por sua vez, é também manifestação da própria natureza. Eu só posso me referir ao “meu coração” como sendo aquilo que é mais íntimo a mim mesmo, como seja o que há de mais profundo em minha sensibilidade com que expresso minha subjetividade. Algo semelhante posso falar em termos de “alma”, como sendo o que há de mais humano em cada um de nós, o que, por sua vez, não deixa de ser essa subjetividade como

manifestação do que há de mais sensível, responsável pelas nossas paixões, capazes de suscitar os nossos pensamentos. “Bela alma”, portanto, seria uma manifestação da natureza em sua forma mais própria de ser, levando-nos às dignificantes formas de pensar.

Essa associação que podemos ver estabelecida entre *coração* e *alma*, e mais enfaticamente do *Céu com a natureza*, é um passo para que Rousseau conduza suas reflexões ao que se pode ver em termos de natureza quando contemplamos a paisagem que podemos ver no campo, onde estão os bosques. Assim, ele mais uma vez recorre a Júlia para dizer da beleza da paisagem como manifestação da natureza, como o exposto nestas palavras:

Entre os bosquezinhos naturais, formados por este lugar encantador, há um mais encantador do que os outros, no qual me deleito mais e onde, por esta razão, destino uma pequena surpresa a meu amigo. Não se dirá que terá ele sempre deferência e que eu nunca terei generosidade. É lá que desejo fazer-lhe sentir, apesar dos preconceitos comuns, como o que o coração dá vale mais do que aquilo que a importunidade arranca. Além disso, por medo de que vossa viva imaginação se anime demais, devo prevenir-vos de que não iremos juntos a bosquezinho sem a *inseparável prima* (Rousseau, 1994, Parte I, Carta XIII, p. 70)

Aqui vemos algumas questões importantes que nos remetem à natureza. Primeiro, a referência aos “bosquezinhos”, adjetivados por “naturais”. Até parece redundância. Mas certifiquemos da ênfase que se quer dar ao dizer que eles são *naturais*. Ou seja, bosques oriundos da *natureza mesma*. Mas, além dessa referência explícita, Rousseau nos leva a pensar noutras formas de manifestação da natureza despertada pelos *bosquezinhos*. Dentre estes, um *mais encantador*, um lugar apropriado para o aconchego do amor, que seria outra manifestação da natureza. O que poderia oferecer ao amante nesse lugar encantador? A frase: “É lá que desejo fazer-lhe sentir, apesar dos preconceitos comuns, como o que o coração dá vale mais do que aquilo que a importunidade arranca”, dá muito bem a entender que se tratava de *coisas do coração*, algo que somente podemos pensar como manifestação da natureza não admitida pelos *preconceitos*. Neste sentido, podemos afirmar que o autor nos leva a compreender as relações amorosas também como manifestação da natureza que se junta a expressão dessa natureza *como bosques*, assim como é manifestação da natureza a animação da imaginação que precisava ser evitada com a presença da “*inseparável prima*”. O que, então, seria isso: “a animação da imaginação que precisava ser evitada com a presença da “*inseparável prima*”? Não se trata aqui da excitação a que poderia ser ele levado pela imaginação, se não contasse com a presença da referida prima, estando os amantes sozinhos naqueles *bosquezinhos*? E não está associada essa preocupação de Júlia aos preconceitos por ela referidos?

É também nesta “Primeira Parte”, que vamos encontrar Rousseau, através de Júlia e Saint-Preux, colocando em questão o que seria próprio da *natureza* do homem e da mulher.

Trazendo à tona a discussão em torno da diferença entre o homem e a mulher, Júlia dirige-se a Saint-Preux chamando-lhe a atenção para o “ar de superioridade masculina” expresso nos gestos dele, enquanto ele censura-lhe por ter sido ela do seu próprio sexo, “como se alguma vez uma mulher devesse cessar de sê-lo”, diz. Continuando, afirma: “Lembras-te que ao ler tua *República*, de Platão, discutimos outrora sobre este ponto de diferença moral dos sexos? Persisto em minha opinião de então e não saberia imaginar um modelo comum de perfeição para dois seres tão diferentes” (Rousseau, 1994, Primeira Parte, Carta XLVI, p. 124). E logo em seguida, continua: “O ataque e a defesa, a audácia dos homens, o pudor das mulheres não são convenções como pensam teus filósofos mas instituições naturais que é fácil explicar e das quais se inferem facilmente todas as outras distinções morais”. Como vemos, Rousseau, através de Júlia, nos diz que não se trata de pensar como os filósofos, a exemplo de Platão, como sendo pela convenção dos homens que encontramos as distinções entre os sexos. Ao contrário, essas diferenças entre os sexos são instituídas pela natureza, o que é fácil explicar, conforme as palavras dela, fundando-se nessas distinções naturalmente instituídas as demais “distinções morais”. Isto se comprehende quando nos damos conta de que, não sendo o mesmo o destino da natureza, “as inclinações, as maneiras de ver e de sentir devem ser dirigidas, de cada lado, segundo suas finalidades”, não sendo, pois, “necessários os mesmos gostos nem a mesma constituição para lavrar a terra e para amamentar crianças”. Portanto, há de se compreender o seguinte: “Uma estatura mais alta, uma voz mais forte e traços mais marcados parecem não ter nenhuma relação necessária com o sexo, mas as modificações exteriores anunciam a intenção do operário nas modificações do espírito”. Por isso, conclui Rousseau pelas palavras de Júlia: “Uma mulher perfeita e um homem perfeito não devem se assemelhar nem de alma, nem de rosto, estas vãs imitações entre os sexos são o cúmulo do disparate; fazem rir o sábio e fugir os amores. Enfim, penso que a menos que se tenha cinco pés e meio de altura, uma voz grave a barba no queixo ninguém deve tentar ser homem” (Rousseau, 1994, Primeira Parte, Carta XLVI, p. 124).

Vemos assim que a questão da natureza também deve ser considerada para a compreensão das diferenças que estão postas entre os sexos. E essas diferenças, não se limitando aos aspectos físicos, estende-se ao modo de ser de cada um, refletindo distinções morais que são próprias de cada sexo, conforme a destinação da natureza. Igualmente pode-se perceber as distinções expressas na “flexibilidade da voz, bem como na “expressão patética”. Neste sentido, pode-se afirmar que “os sons mais intensos e todas as passagens são um efeito natural da docura do canto e da precisão do compasso, de maneira que o que me parecia mais difícil de aprender nem mesmo precisa ser ensinado” (Rousseau, 1994, Primeira Parte, Carta LII, p. 137). Ou seja, tomando-se a natureza como referência, é possível compreender a lógica de toda musicalidade que começa pela

flexibilidade da voz, estendendo-se por toda melodia, conforme a afirmação de Júlia: “O caráter da melodia tem tão grande relação com o tom da língua e uma tão grande pureza de modulação que basta ouvir o baixo e saber falar para ler facilmente o canto” (Rousseau, 1994, Primeira Parte, Carta LII, p. 137).

Rousseau nos leva a certificar-nos de que precisamos identificar a natureza nas mais diferentes expressões do ser humano, sejam estas compreendidas nas distinções entre os sexos, sejam em relação ao que é próprio de suas disposições às diferentes possibilidades de comunicação, estando entre estas os sons que começam com a flexibilidade da voz e que se estende a toda melodia.

4. Conforme o exposto na “segunda parte”

Millorde Eduardo, personagem de *Júlia ou a Nova Heloísa*, amigo de Saint-Preux, em carta a Clara, prima de Júlia, faz a seguinte afirmação:

Que significa esse sacrifício de conveniências da natureza às conveniências da opinião? A diversidade de fortuna e de condição se eclipsa e se confunde no casamento, em nada contribui para a felicidade, mas a todo caráter e do temperamento permanece, e é por ela que se é feliz ou infeliz. A criança que tem como única regra o amor escolhe mal, o pai que tem como única regra a opinião escolhe ainda pior. Se a uma moça faltam razão e experiência para julgar a sabedoria e os costumes, a isso um bom pai deve surprender, sem dúvida. Seu direito, seu dever mesmo é dizer: minha filha, é um homem de bem, ou: é um velhaco; é um homem sensato, ou: é um louco” (Rousseau, Segunda Parte, Carta II, p. 180)

A questão aqui colocada diz respeito ao que significa *sacrificar* a conveniência da natureza em prol da conveniência da opinião. Isto quer dizer ser necessário, segundo o referido personagem, atentar para as conveniências a que se deve submeter uma moça com vistas ao casamento. A felicidade ou infelicidade dela dependerá da forma como se colocar em relação ao que lhe deve ser mais conveniente. Para isso, é preciso recorrer à razão e à experiência. Se não tem nenhuma dessas coisas de forma suficiente, compete ao pai chamar-lhe a atenção para o que possa ser o seu pretendente, de modo que não é sensato se deixar levar pelas conveniências sociais por ignorar as da natureza.

Fica claro esse modo de compreender o significado da natureza e dos costumes. A natureza se manifesta no temperamento e no caráter, pelos quais se pode saber das conveniências naturais. Mas as conveniências sociais, que dependem da opinião, podem ser significativas para a diversidade da fortuna, que em nada contribui para a felicidade. Mas é o caráter e o temperamento que podem fazer a moça feliz. Assim sendo, a moça deve considerar que sua felicidade no casamento dependerá daquilo que proporciona a natureza e não a opinião. Neste sentido, está ele dizendo que é bem mais racional, para Júlia, observar o que mais lhe convém, pois a interferência

do pai deveria ser indispensável somente nos casos em que há insuficiência da razão e da experiência, o que não seria o caso dela. Pois somente para suprir essa deficiência é que ele, orientado pela sua razão e experiência, poderia chamar a atenção para as qualidades requeridas em um homem que possa ser digno dela.

Por isso, ele lhe envia logo outra carta para lhe dizer que ela poderia casar publicamente e sem obstáculos no Ducado de Yorc, do qual ele era oriundo, uma vez que lá não haveria necessidade do consentimento do pai para o casamento, como fica dito quando ele afirma que “entre nós uma moça núbil não tem nenhuma necessidade do consentimento alheio para dispor de si mesma”. E a isto, acrescenta: “Nossas sábias leis não revogam as da natureza e, se desse feliz acordo resultam alguns inconvenientes, eles são muito menores do que os que evita” (Rousseau, 1994, Segunda Parte, Carta III, p. 184).

Vemos assim que Rousseau chama a atenção para a possibilidade de uma outra legislação que reconheça o que é proposto pela natureza. Trata-se de pensar em leis que respeitem as leis naturais. Para dizer dessa possibilidade, coloca Millorde Eduardo como alguém que conhece essa nova forma de legislar, reconhecendo o direito das pessoas se unirem com vistas às conveniências da natureza que devem se sobrepor às da opinião. Assim, ele pensa em um plano que possa levar Júlia ao casamento com Saint-Preux em seu Ducado, chamando a atenção para o que deveria ser recomendando neste sentido: “Podereis facilmente vos pordes de acordo com ele, oralmente ou por escrito, com a ajuda de Regianino, sem que este último saiba do que se trata. No momento certo partiremos para nos juntarmos a vós e somente deixareis a casa paterna acompanhada de vosso Esposo” (Rousseau, 1994, segunda Parte, Carta III, p. 184-185).

Todavia, Júlia está dividida entre o que ela chama *obediência e fé*. Por isso, querendo ser virtuosa, ela se dirige à sua prima Clara para dizer-lhe: “Sabes que Esposo meu pai me destina, sabes que laços o amor me deu: quero ser virtuosa? a obediência e a fé me impõem deveres opostos”. Daí ela se angustiar em ter que escolher o que é proposto pela natureza e o que é requerido pelo pai. Ela atormenta-se por querer evitar o desespero do amante ou do seu pai, e pensa no crime que poderá acontecer sacrificando-se ao dever, como o exposto por suas próprias palavras: “Quero seguir a tendência de meu coração? a quem preferir, um amante ou um pai?” Pergunta feita para ela mesma, para qual tem somente esta resposta: “Ai de mim, ao ouvir o amor ou a natureza, não posso evitar de lançar um ou outro no desespero; sacrificando-me ao dever, não posso evitar cometer um crime e seja qual for o partido que tomar, ser-me-á preciso morrer ao mesmo tempo infeliz e culpada” (Rousseau, 1994, Segunda Parte, Carta IV, p. 185).

Fica mais uma vez associada a ideia de natureza ao coração. É este que apresenta leis que são contrariadas pelas leis da sociedade que ditam o que é do seu dever: uma filha não poderá nunca

desobedecer ao seu pai. Mas não é isso que diz a natureza, que se manifesta através do amor expresso pelo amante. Ou seja, o que fazer para não sacrificar nenhum nem o ouro? Ela queria encontrar uma resposta para que, ao mesmo tempo, atendesse o chamado da natureza, correspondendo assim ao seu amor, e obedecesse ao pai, acatando o que seria conveniente segundo à opinião. No final, ela conclui que parece não haver saída: fosse qual fosse a decisão dele, estarei cometendo um crime. Restar-lhe-ia, então, optar por qual dos crimes cometer, sacrificando o pai ou amante.

Mas o que poderia pensar Saint-Preux sobre essas possibilidades de decisão de parte de Júlia, sua amada e sua amante? Parece que ele considerou, a partir daí a necessidade de conhecer mais e melhor os costumes, para poder refletir sobre os desígnios da natureza, considerando as diferentes distorções que esses costumes promovem no mundo civilizado. Isso fica perceptível quando ele se decide a viajar como uma forma de se afastar daquele mundo para conhecer outros, onde pudesse comparar o que seria próprio da natureza e como esta poderia ser contrariada pelos costumes. Foi o que pode testemunhar em Paris. Tratava-se agora de pensar a sociedade francesa, e muito mais Paris, em um estágio avançado de civilização, onde os costumes poderiam ser vistos em sua forma mais contundente em termos de contrariedade ao que deveria ser natural. Por isso ele se dirige a Júlia para dizer das suas impressões sobre esses costumes, logo que se depara com o comportamento das pessoas na capital da França do século XVIII. Podemos ver aqui um certo artifício criado por Rousseau para manifestar a sua recusa em relação ao que ele próprio estava presenciando naqueles dias em que se encontrava em Paris. A carta de Saint-Preux a Júlia foi um meio que ele encontrou naquele momento para se manifestar em relação ao que estava testemunhando em relação à corrupção dos costumes. Assim, através do referido personagem, ele pode dizer da sua repulsa ao que via como fingimento, demonstrado por uma suposta confiança que lhe parecia enganadora. Por isso, ao se dirigir a Júlia, Saint-Preux faz-lhe a seguinte pergunta: “E, se em lugar de todos estes sentimentos suspeitos e dessa confiança enganadora, eu quiser procurar luzes e instrução?”. E, como resposta a esta retórica interrogação, ele mesmo diz o seguinte:

Encontra-se aqui sua amável fonte e é-se logo encantado com o saber e a razão que se encontram nas conversas, não somente dos Sábios e dos Letrados mas dos homens de todas as condições e mesmo das mulheres: aqui o tom da conversa é fluente e natural, não é nem pesado nem frívolo, é sábio sem pedantismo, alegre sem desordem, polido sem afetação, galante sem banalidade, brincalhão sem ambigüidade. (Rousseau, 1994, Segunda Parte, Carta XIV, p. 211)

A natureza aparece aqui como espontaneidade, como podemos observar na afirmação que faz o personagem a respeito da forma como flui a conversa naquele ambiente em que ele se encontrava no momento que escrevia a Júlia: o tom da conversa era fluente e natural, isto é,

espontâneo. Por que, então, não deixar o amor assim fluir? Poderia ser uma questão a apresentar quando se tratava da contrariedade da opinião que insistia em dizer da necessidade de obediência da moça ao seu pai, mesmo que isso depusesse contra a natureza. Júlia não estava alheia a isso, por isso, em resposta a Saint-Preux, chama a atenção para o que poderia fazer a felicidade dos amantes: “É uma união dos corações que faz sua verdadeira felicidade, sua atração não conhece a lei das distâncias e os nossos tocar-se-iam nas duas extremidades do mundo” (Rousseau, 1994, Segunda Parte, Carta XV, p. 214). A isto, acrescenta: “Penso, como tu, que os amantes têm mil maneiras de suavizar o sentimento da ausência e de se aproximarem num instante” (Rousseau, 1994, Segunda Parte, Carta XV, p. 214).

A natureza, mais uma vez, é identificada com o coração. Agora identificada como natureza que se junta a outra natureza, como se uma fosse parte da outra. Isso explica a união dos corações que transpõe às distâncias. Assim, é a natureza que busca as diferentes formas de promoção da felicidade dos amantes, quando estes são impulsionados a uma união natural, isto é, segundo as leis da natureza contrariadas pelas leis sociais.

5. Conforme o exposto na “terceira parte”

Clara, a prima de Júlia, agora Sra. d’Orbe, acompanha com muita atenção o comportamento da mãe de Júlia em relação ao desfecho que parecia ter a relação amorosa de sua filha com Saint-Preux. Essa atenção é muito bem dispensada ao que ela pode observar do comportamento de uma mãe que se vê atormentada em não poder fazer nada para ajudar a sua filha, considerando o comportamento de um esposo que insiste em ignorar os verdadeiros sentimentos dessa filha. Assim, a Sra. d’Orbe, ao dirigir-se a Saint-Preux, amante de Júlia, para falar do estado de saúde da Sra. d’Etange que adoecera diante dos últimos acontecimentos que vinha acompanhando à distância na história dos amantes, considerando o comportamento dessa mãe diante das cartas de que tivera acesso: “Esta terna mãe, que mãe, que vossas cartas já haviam poderosamente emocionado, começa a conhecer, por tudo o que vê, quanto vossos dois corações são fora do comum e como vosso amor traz um caráter natural de simpatia que nem o tempo nem os esforços humanos poderiam apagar” (Rousseau, 1994, Terceira Parte, Carta IV, p. 279). A referência à natureza que encontramos aqui nos coloca diante do que se pode pensar do que seja natural no modo de compreender de Rousseau, quando os “corações” são postos como manifestação da natureza por onde perpassa o amor com um caráter natural. Quer dizer, um amor que parte espontaneamente da natureza dos amantes, sem que para isso tivesse a interferência de alguém. A contraposição do esposo dessa mãe a esse amor que tem em si um “caráter natural”, levando a filha a se submeter à vontade de um pai para que se portasse como uma moça virtuosa que renuncia a si mesma em obediência a esse pai, é a origem da

doença dessa mãe; doença esta que é dada ao conhecimento do amante. O que ela diz a Saint-Preux ainda sobre a vontade da Sra. d'Etange ajudar a filha naquele momento fica expresso quando afirma: “Ela, que tem uma tão grande necessidade de consolação, consolaria facilmente sua filha, se o decoro não a retivesse, e a vejo por demais prestes a tornar-se sua confidente para que não me perdoe por tê-lo sido”. E, logo em seguida, diz: “Chegou ao ponto, ontem, de dizer em sua presença, um pouco levianamente² talvez: Ah! se dependesse apenas de mim... embora se tivesse contido, então tivesse acabado vi, pelo beijo ardente que Júlia imprimia em sua mão, que a compreendera perfeitamente” (Rousseau, 1994, Terceira Parte, Carta IV, p. 279).

As consequências desastrosas dessa investida do pai de Júlia contra a natureza, como afronta aos corações dos amantes, forçando uma ruptura de um amor em sua expressão mais natural, ficam referidas já no que diz Clara, isto é, a Sra. d'Orbe, sobre o estado dessa mãe que não encontra forças para enfrentar a irritação de um pai, conforme o exposto a seguir:

Sei mesmo que quis várias vezes falar a seu inflexível esposo mas, seja pelo perigo de expor sua filha à cólera de um pai irritado, seja por temor por si mesma, sua timidez sempre a reteve e seu enfraquecimento, seus males, aumenta tão sensivelmente que temo vê-la sem condições de executar sua resolução antes de tê-la bem projetado” (Rousseau, 1994, Terceira Parte, Carta IV, p. 279)

Para Saint-Preux, nem mesmo a morte dessa mãe devotada à filha que ele ama será capaz de impedi-lo de aproximar-se de Júlia. Fica sabendo, através da carta que lhe fora enviada pela Sra. d'Orbe, que sua amante desfalecera diante do sofrimento da mãe, tendo como consequência a morte desta. Mesmo assim ele não desiste em querer ver aquela que ele ama e por ela não medirá esforços para enfrentar qualquer obstáculo. Por isso, em resposta a Sra. d'Orbe, diz: “Em vão me proibirá de vê-la e de escrever-lhe. Não é o tormento que retira de si, ai de mim, é o consolador! A perda de uma terna mãe deve privá-la de um mais terno amigo? Pensa ela aliviar seus males multiplicando-os? Ó amor! é a tuas expensas que se pode vingar a natureza?” (Rousseau, Terceira Pare, Carta VI, p. 282). Ou seja, ele questiona se a natureza se vingará deles por causa do amor devotado uma ao outro. E parece dizer não acreditar que essa vingança possa ocorrer. É como se Rousseau nos dissesse aqui que, muitas vezes, a *natureza* é concebida como uma força que pune, e que, neste caso, ela estaria punindo os amantes que, de uma forma um tanto rebelde, insistiam em não querer ceder à vontade daquele pai, ou por terem se comportado de uma forma não aceitável por ele, isto é, contra a opinião pública, expressão da conveniência social. E como resposta a Saint-Preux, a Sra. d'Orbe, diz: “Engana-a [o amor] com tanto engenho que ela prefere sofrer mais e que entreis no motivo de suas penas” (Rousseau, 1994, Terceira Parte, Carta VII, p. 287). Esta

² “Clara, sois aqui menos levianas? Será a última vez que o sereis? (N. A.)”, isto é, Nota de Rousseau, 1994, p. 279.

resposta põe-se aqui como se tivesse dando continuidade à reflexão anterior em que o amante se sente contrariado com a possibilidade de uma punição da natureza, não admissível, segundo o entendimento dele. Mas a Sra. d'Orbe chama a atenção para o fato de que Júlia se sente como se estivesse sendo punida pela natureza tendo o amor como motivo de suas penas, significando assim que ela se enganara com ele. E a isso ela acrescenta: “Vosso coração não comprehende, talvez, esses subterfúgios do seu mas, por isso, não deixam de ser menos naturais, pois o amor de ambos, embora igual em força, não é semelhante em seus efeitos”. Ou seja, Rousseau recorre a esta manifestação de Clara (Sra. d'Orbe) para dizer das diferentes formas de amar que se pode ver no homem e na mulher; entendimento que se conclui na continuidade das palavras dela: “O vosso é ardente e vivo, o dela é doce e terno: vossos sentimentos exalam-se exteriormente com veemência, os seus voltam-se para ela mesma e, penetrando a substância de sua alma, a transformam insensivelmente” (Rousseau, 1994, Terceira Parte, Carta VII, p. 287)..

6. Conforme o exposto na “quarta parte”

Observa-se que nas três primeiras partes da obra, Rousseau coloca os personagens que manifestam formas de compreensão da natureza, vista em seu sentido mais geral ou restrita à condição humana. Em meio a essa discussão, aparece a cultura, impressa nas relações humanas no modo de ser dos costumes.

Assim sendo, a concepção de natureza em geral se estabelece quando se comprehende como seja o que não pode ser identificado com o não artificial, o que não foi feito pelo homem; força que une a posse e o coração; o curso espontâneo do tempo; a força que reúne em nós todas as qualidades que nos fazem bons e belos; o Céu como força que une as pessoas numa relação amorosa; a paisagem que se confunde com o campo e com os bosques e, como não poderia deixar de ser, a manifestação do desejo sexual, que está presente em todo o contexto das relações que envolvem os principais personagens, Júlia e Saint-Preux, mas que se faz notável em Milorde Eduardo e em Wolmar, por exemplo. Ou seja, alguém escapa das paixões, com as quais se envolvem de uma outra forma?

Quando passamos então para a “Quarta Parte”, vamos encontrar os personagens, inclusive Júlia, em meio às conveniências sociais, ditadas pela opinião pública que se expressa notadamente no que lhe foi imposto pelo pai, de modo que chega a confundir as imposições patriarcais com a manifestação da natureza, seja esta vista no sentido mais geral ou como natureza humana. É o que podemos acompanhar a partir do exposto nas cartas: um certo conservadorismo no modo de lidar com as relações amorosas e sexuais. Os contrapostos entre natureza e sociedade se fazem notar na

interpretação dos sentimentos que normalmente deveriam ser encarados como amor, no modo que vinha sendo tratado até quando é imposto o casamento de Júlia com Wolmar.

A partir da Quarta Parte, após a efetivação do casamento, parece mesmo predominar a concepção mais conservadora a respeito do que seja a natureza, uma vez que passa a ser identificada com os costumes patriarcais, sobressaindo-se assim a sociedade contra a natureza, o que não é perceptível para Júlia que procura enganar a si mesma em relação ao seu amor por Saint-Preux: diz para si e para ele que esse amor não mais existe, quando continua desejando-o ao tempo em que é igualmente desejada por ele. Esse retrocesso no comportamento de Júlia, com que parece concordar Saint-Preux, fica bem referido na Carta X da Quarta Parte.

Assim sendo, na Primeira Carta da “Quarta Parte”, Júlia, agora casada, portanto, Sra. de Wolmar, dirige-se à Prima Clara, agora Sra. d’Orbe, para dizer da amizade que as une ao tempo em que afirma que a ausência dela parece-lhe “a cada dia mais insuportável, razão pela qual não pode “viver nem um instante sem ela”. E a isto, acrescenta: “Este progresso de nossa amizade é mais natural do que parece: tem sua causa em situação assim como em nossos caracteres” (Rousseau, 1994, Quarta Parte, Carta I, p. 350). Ou seja, assim como ocorre com tudo aquilo que se projeta na natureza, como uma planta ou mesmo um animal em fase de crescimento, a amizade delas cresce, conforme o exposto ainda por Júlia ao se referir ao modo pelo qual se dá esse crescimento: “À medida que a idade avança, todos os sentimentos se concentram. Perde-se todos os dias alguma coisa do que nos foi cara e ela não é substituída”. Todavia, chama a atenção para a diferença em relação a outras coisas da natureza: “Morre-se assim aos poucos até que, amando enfim somente a si mesmo, se tenha cessado de sentir e de viver antes de ter cessado de existir”. Ou seja, a morte não vence a amizade que continuará existindo. E a razão para isto é a seguinte: “Mas um coração sensível defende-se com toda a sua força contra essa morte antecipada; quando o frio começa nas extremidades, reúne ao seu redor todo o calor natural, mas perde mais se agarra ao que lhe resta e está ligado, por assim dizer, ao último objeto pelos elos de todos os outros” (Rousseau, 1994, Quarta Parte, Carta I, p. 350). Tudo ocorre de forma mais espontânea possível, como é próprio de tudo que se faz segundo a natureza. É o que confirma com seguinte afirmação: “Minha mãe, minha terna mãe não mais existe, só me restam prantos para oferecer à sua memória e somente experimento pela metade o mais doce sentimento da natureza” (Rousseau, 1994, Quarta Parte, Carta I, p. 351).

Na Carta VII, mais uma vez Júlia se dirige à sua Prima, para lhe dizer da antipatia entre Saint-Preux e o seu pai, constatada pelo Sr. de Wolmar, seu marido, conforme o exposto nas palavras dela, referindo-se ao que ele lhe disse: “há entre vosso pai e ele uma antipatia natural baseada na oposição de suas máximas”. E acrescenta: “Quanto a mim, que não tenho nem sistemas

nem preconceitos, tenho certeza de que não me odeia naturalmente” (Rousseau, 1994, Quarta Parte, Carta VII, p. 375). Aqui, é possível pensar a natureza como *costume* que se firma a partir dos preconceitos ou a partir de princípios que se adota para um sistema ético que regulamenta o comportamento diante de quem lhe contraria em suas ideias ou diante de quem, cujo modo de agir é concebido com preconceitos. E, em resposta, Clara afirma que “quanto a isso é um efeito natural de teu caráter que teu marido conhece bem demais para inquietar-se. Como saber se num coração tão terno a pura amizade não tem ainda um pouco o aspecto do amor? (Rousseau, 1994, Quarta Parte, Carta VIII, p. 378). Vê-se, neste caso, a natureza aparecendo como criadora, responsável pelo que ocorre com as pessoas espontaneamente, como pode-se ver em relação ao caráter delas. Vale, então, perguntar pela abertura ao amor que se pode ver na intimidade de uma pessoa assim como Júlia, conforme o entendimento de sua Prima.

Chega-se, pois a Carta X desta Quarta Parte, quando Saint-Preux se dirige a Milorde Eduardo para lhe dizer das conclusões a que chegou Júlia a respeito da relação entre os cônjuges, considerando as diferenças naturais entre os sexos. Neste sentido, chama a atenção para o entendimento dela, segundo o qual, “numa casa bem governada os homens e as mulheres devem ter poucas relações entre si”. Assim sendo, segundo Júlia, a partir do reconhecimento dessa diferença, que implica nessas poucas relações entre os sexos, a mulher submete-se ao marido sem desgosto, como pode-se compreender pelo que ela afirma: “Alguém que nesse ponto poderia acusar de capricho a vontade do patrão submete-se sem desgosto a uma maneira de viver que não lhe é prescrita formalmente, mas que ele mesmo julga ser a melhor e a mais natural” (Rousseau, 1994, Quarta Parte, Carta X, p. 392). Ou seja, segundo a ordem natural da relação entre os cônjuges, o marido deve ser encarado como um patrão a que a mulher se submete *naturalmente* sem nenhuma tristeza. Por isso, vale acrescentar o que diz Saint-Preux sobre o que ela pensa disso: “Júlia pensa que ela o é realmente; afirma que nem do amor nem da união conjugal resulta o intercâmbio contínuo entre os dois sexos”. Assim, diz ele: “Em sua opinião, a mulher e o marido estão de fato destinados a viver juntos, mas não da mesma maneira; devem agir de acordo sem fazer as mesmas coisas”. Com outras palavras, a natureza designa para cada um dos cônjuges aquilo que deve ser próprio de cada um, de modo que vivam juntos, mas comportando-se diferente, o que lhe permite concluir o seguinte:

A vida que encantaria um seria, diz ela, insuportável ao outro, as inclinações que a natureza lhes dá são tão diversas quanto as funções que lhes impõe, seus divertimentos não diferem menos do que seus deveres, numa palavra, ambos concorrem para a felicidade comum através de caminhos diferentes e esta divisão de trabalhos e de ocupações é o mais forte laço de sua união (Rousseau, 1994, Quarta Parte, Carta X, p. 392)

Todavia, Saint-Preux toma aqui como referência os costumes dos Esposos da Lacedemônia e dos selvagens para dizer que, na França, faz-se o contrário do que é proposto pela própria natureza: a separação dos sexos por meio de suas ocupações distintas, evitando-se as relações cotidianas entre homens e mulheres. Aproveita para chamar a atenção para o que ocorre no teatro, quando os espetáculos são assistidos em pé, bem como o fato dos homens cederem seus lugares a outros em suas casas, para procurarem mulheres alheias. Pois, quanto a isso, ele diz ser costume de todos os povos, com exceção do francês, “viverem os homens entre si” e “as mulheres entre si”, vendo-se mutuamente apenas por ocasião das visitas ou às escondidas, como ocorre na Lacedemônia, onde isso é mais provável acontecer do que se verem em razão de “uma união inoportuna e contínua capaz de confundir e desfigurar neles as mais sábias diferenças da natureza” (Rousseau, 1994, Quarta Parte, Carta X, p. 393). Ou seja, Saint-Preux diz a Milorde Eduardo que concorda com Júlia a respeito das diferenças dos sexos, que resulta na forma mais natural de relacionamento entre os cônjuges. Aproveita, então, para chamar a atenção para o que é próprio dos gostos de um e de outro sexo: “Os laticínios e o açúcar são um dos gostos naturais do sexo feminino e com o símbolo da inocência e da doçura que são seu mais amável ornamento” (Rousseau, 1994, Quarta Parte, Carta X, p. 395). E acrescenta: “Os homens, pelo contrário, procuram em geral os sabores fortes e os licores espirituosos, alimentos mais convenientes à vida ativa e laboriosa que a natureza lhes pede e, quando tais gostos se alteram e se confundem, é um sinal quase infalível da mistura desordenada dos sexos” (Rousseau, 1994, Quarta Parte, Carta X, p. 395). Daí, poder concluir a respeito disso, o seguinte: “De nada serve conter as mulheres se não se contêm também os homens, e essa parte da regra, não menos importante do que a outra é ainda mais difícil, pois o ataque em geral mais forte do que a defesa: é a intenção do conservador da natureza” (Rousseau, 1994, Quarta Parte, Carta X, p. 395). Com vistas nessas diferenças naturais, que precisam ser reconhecidas e respeitadas, faz-se necessário ser reconhecido também do que deva ser a “pura moral”, como o disse Júlia. Fundam-se, pois, os deveres que um tem para com o outro, como ocorre nas diferentes relações hierárquicas das religiões, por exemplo, mas que se deve observar já nas relações entre os pais e os filhos. Em qualquer dos casos, deve-se dar conta do que é próprio do homem e da mulher. Isto lhe permite pensar “que esta familiaridade moderada forma entre nós um laço de suavidade e de afeição que traz um pouco de humanidade natural, temperando a inferioridade da servidão e o rigor da autoridade” (Rousseau, 1994, Quarta Parte, Carta X, p. 399). Quanto a isso, segundo ele, Júlia lhe chamou a atenção para o fato de ser preciso considerar o que é próprio da natureza em todas as coisas, como se pode ver no exemplo dos patrões: “o exemplo dos patrões é mais forte do que sua autoridade e não é natural que seus empregados queiram ser pessoas mais honestas do que eles” (Rousseau, 1994, Quarta Parte, Carta X, p. 400).

Continuando, Saint-Preux diz reconhecer a força da virtude que reina naquela casa, isto é, na casa de Júlia, agora casada com o Sr. de Wolmar. E que o reconhecimento dessa força se verifica no sufrágio dos seus empregados, o que se manifesta pelos elogios deles, demonstrando o que naturalmente sentem. Com isso, deixa-nos saber da forma como se dão as relações entre os empregados e seus patrões, sempre em respeito ao que é proposto pela natureza. Ou seja, essas relações se fazem na sua forma mais natural. A propósito disso, vale considerar o que Saint-Preux diz a respeito da servidão, que, para ele, “é pouco natural”: “A servidão é tão pouco natural ao homem que ela não poderia existir sem algum descontentamento. Contudo, respeita-se o patrão e não se diz nada. Ora, se escaparem algumas queixas contra a patroa, elas valem mais do que elogios” (Rousseau, 1994, Quarta Parte, Carta X, p. 401).

Seguindo com essa visão patriarcal para a compreensão do poder do pai e do patrão, Júlia, segundo o exposto por Saint-Preux a Milorde Eduardo, insiste em dizer que toda autoridade, seja do pai ou do patrão, se faz conforme a natureza e, conforme a natureza, devem ser respeitadas. Noutras palavras, quis a natureza que o pai e o patrão fossem superiores, porém respeitados na sua forma natural, sendo exemplo disso a Sra. e o Sr. de Wolmar, enquanto patrões; mas o Sr. de Wolmar visto também como pai e chefe de família, podendo-se assim entender quando se diz que “Um pai de família que se sente bem em sua casa tem como prêmio pelas ocupações contínuas a que nela se entrega o contínuo gozo dos mais doces sentimentos da natureza” (Rousseau, 1994, Quarta Parte, Carta X, p. 406).

Mas Rousseau não abandona a compreensão da natureza como paisagem, como podemos ver em outra Carta de Saint-Preux também a Milorde Eduardo. Assim, na Carta XI, ele diz:

Ao entrar nesse pretenso pomar [que Júlia chama seu Eliseu], senti-me atingido por uma agradável sensação de frescor que obscuras sombras, uma verdura animada e viva, flores esparsas por todos os lados, um murmúrio de água corrente e o canto de mil pássaros trouxeram à minha imaginação pelo menos tanto quanto aos meus sentidos; mas, ao mesmo tempo, julguei ver o lugar mais selvagem, mas solitário da natureza e parecia-me ser o primeiro mortal a ter alguma vez penetrado nesse deserto. Surpreso, impressionado, arrebatado por um espetáculo tão pouco previsto, permaneci um momento imóvel e exclamei num entusiasmo involuntário: Ó Tinia, ó Juan Fernandes ! Júlia, o limite do mundo está ao vosso alcance! (Rousseau, 1994, Quarta Parte, Carta XI, p. 410)

Registra-se aqui uma bela descrição que se pode pensar de um espaço que forma toda uma paisagem configurada conforme a natureza, um lugar para ser preservado, um lugar que encanta, enfim, como diz o personagem: “um espetáculo”. Porém, é preciso considerar o tratamento que muitas vezes se dá a um lugar desses. Daí, segundo ele, ter assim chamado a atenção de Júlia: “Para dize-lhe a verdade, disse-lhe, ele só vos custou um pouco de negligência. Este lugar é encantador, é verdade, mas agreste e abandonado, nele não vejo trabalho humano”. E acrescenta: “Fechastes a

porta, a água veio não sei como, somente a natureza fez o resto e vós mesma fez tudo, mas sob a minha direção e nada há aqui que eu não tenha organizado” (Rousseau, 1994, Carta Parte, Carta XI, p. 410).

Com vistas ao encanto daquele lugar oferecido pela natureza, Saint-Preux continua descrevendo a beleza incomparável da paisagem que constitui espaço de Clarens, onde habitava aquela família, formada por Júlia, seu esposo e filhos, permitindo, entre outras, a afirmação do referido personagem: “Viam-se brilhar mil flores dos campos, entre as quais o olhar distingua, com surpresa, algumas de jardim, que pareciam crescer naturalmente com as outras” (Rousseau, 1994, Quarta Parte, Carta XI, p. 411).

Deste modo, podemos afirmar que a Quarta Parte, que tem como base a descrição de Clarins pelas palavras de Saint-Preux, traz a bela compreensão de Rousseau sobre o que se pode pensar em termos de natureza que não se limita à condição de criadora, ou de força que conduz os seres humanos às mais diferentes aventuras, mas também *natureza como paisagem*, como tudo aquilo é sinônimo de belo possibilita a paz e harmonia das pessoas entre si e destas com a própria natureza, configurada pelo espaço na forma de grandioso jardim. Jardim este que proporciona vida e possibilidade de sossego necessário à manifestação da virtude vista no respeito à natureza, como se faz no reconhecimento daquilo que é próprio de cada um, conforme o lugar que também ocupa no espaço social e humano.

Assim sendo, comprehende-se as reflexões de Saint-Preux sobre a significação da natureza a partir do que se podia apreciar daquele jardim, comparando-o a outras experiências, por ele conhecidas, em que a arte se misturava ao que havia de mais natural. Assim, essa mistura, por mais disfarçada que fosse a interferência humana na paisagem, tirava a imponência do que fosse, de fato, natural. E, por fim, vale considerar o que é possível dizer ainda a respeito desse espetáculo, muito bem expresso, pelo encanto de um jardim:

Hoje, levantei-me cedo e, com a pressa de uma criança, fui encerrar-me na Ilha deserta. Quantos agradáveis pensamentos esperava levar para esse lugar solitário onde unicamente o doce aspecto da natureza devia expulsar de minha lembrança toda essa ordem social e factícia que me tornou tão infeliz! Tudo o que vai envolver-me é obra daquela que me foi tão cara. Contemplá-la-ei ao meu redor. Nada verei que sua mão não tenha tocado, beijarei flores que seus pés tiverem pisado, respirarei com o orvalho um ar que ela respirou, seu gosto em seus divertimentos tornar-me-á presentes todos os seus encantos e encontrarei em toda parte como ela é no fundo do meu coração (Rousseau, 1994, Quarta Parte, Carta XI, p. 422)

A continuidade das reflexões de Rousseau sobre a natureza, seja nesta obra ou em outra, vai se fazendo sem perder de vista a significação da sua força ou sua expressão como espaço ou lugar

em que habita o ser humano, que pode (e deve) preservar, mas que nem sempre se pensa como parte dela, para dela cuidar como cuida de si mesmo.

7. Conforme o exposto na “quinta parte”

Na “Quinta Parte”, encontramos mais uma vez Saint-Preux se dirigindo ao seu amigo Milorde Eduardo, fazendo referência à natureza como paisagem que se pode contemplar como um espetáculo. Diz que ele que quase nunca passeia com Júlia “sem que alguma vista impressionante e pitoresca” que lembre a ela “ideias dolorosas”, como se pode ver nestas palavras: “Ai de mim! diz ela com enternecimento, o espetáculo da natureza, tão vivo, tão animado para nós, está morto aos olhos do infeliz Wolmar e, nesta grande harmonia dos seres, onde tudo fala de Deus com uma voz tão doce, percebe ele apenas um silêncio eterno” (Rousseau, 1994, Quinta Parte, Carta V, p. 510). Está aqui, ao mesmo tempo, a relação que Júlia faz entre a *natureza* e Deus, ao chamar a atenção para a manifestação de Deus em toda paisagem, mas também a recusa de Wolmar ver alguma presença de Deus na natureza, razão pela qual, para ele, tudo não passa de “um silêncio eterno”.

A presença de Deus na relação dos amantes é ainda perceptível a Saint-Preux quando ele se refere à timidez dela, para lhe dizer que esta timidez, que manifesta a sua própria natureza, inspirava um temor injustificado expressando a certeza de que, entre eles, estava Deus vigilante, capaz de julgar o que pudesse acontecer nas “ações secretas”, sabendo Ele “ler no fundo dos corações”. Ou seja, Deus veria através do que houvesse de mais íntimo deles e as intenções de cada um. Isto fica claro quando ele diz que “Ela rodeava-se da majestade suprema, eu via Deus continuamente entre ela e mim. Que desejo censurável teria podido transpor uma tal salvaguarda? meu coração purifica-se ao fogo de seu Zelo e eu partilhava sua virtude” (Rousseau, 1994, Quinta Parte, Carta V, p. 512). Enquanto isso, Saint-Preux dizia-lhe que apenas “procurava mostrar a origem do mal físico na natureza da matéria e do mal moral na liberdade do homem”. Com vistas nisto, “Afirmava-lhe que Deus pode fazer tudo menos criar outras substâncias tão perfeitas quanto a sua e que não deixasse nenhum ponto de entrada ao mal” (Rousseau, 1994, Quinta Parte, Carta V, p. 513). Como vemos, a busca de associação da perfeição de Deus, perfeição esta que se pode buscar na natureza, porém sem ignorar a relação entre o mal físico para o que é natural na mesma proporção do mal moral para a liberdade.

Na Carta seguinte, Saint-Preux continua se dirigindo a Milorde Eduardo para lhe dizer como a natureza bem se relaciona com as *cenas de prazer e de alegria*, que “esgotam por um instante a natureza somente para reanimá-la com um novo vigor; elas nunca são perigosas”, o que o leva a afirmar também o seguinte: “Deixai-me gozar a felicidade que experimento e que partilhas. Que

deve ser para vós? Nunca vi outro semelhante e sou o menos feliz dos seis [que habitam esta casa]” (Rousseau, 1994, Quinta Parte, Carta VI, p. 516).

Despois dessa associação da natureza com o que pode lhe proporcionar a alegria e o prazer, Saint-Preux, em uma outra Cara a Milorde Eduardo, vincula a natureza ao campo. E isto ele começa por chamar a atenção do quanto é agradável o trabalho no campo. Depois de refletir sobre este trabalho como sendo “a primeira vocação do homem”, Rousseau, através de Saint-Preux, diz que “A imaginação não permanece fria diante do aspecto da lavoura e das colheitas”, e acrescenta: “Que se olhem os prados cobertos de pessoas que secam o feno e cantam e os rebanhos espalhados ao longe: insensivelmente sentimo-nos enternecer sem saber por quê”. Daí, conclui ele: “Assim, algumas vezes ainda a voz da natureza suaviza nossos corações bravios e, embora a ouçamos com uma nostalgia inútil, ela é tão doce que nunca a ouvimos sem prazer” (Rousseau, 1994, Quinta Parte, Carta VII, p. 519-520). É, pois, graças e esse trabalho no campo que se pode apreciar os diferentes vinhos, cada um com uma preparação particular, no seu modo mais natural de ser. Isto nos remete à harmonia que somente podemos ver no que nos disponibiliza a natureza, como está dito em suas palavras: “De fato, toda a harmonia não é encontrada num som qualquer? e que podemos acrescentar sem alterar as proporções que a natureza estabeleceu na força relativa dos sons harmoniosos?”. Daí a seguinte conclusão: “Aumentando uns e não outros, não os reforçando na mesma proporção, não retiramos no mesmo instante essas proporções? A natureza fez tudo da melhor maneira possível, as queremos fazer ainda melhor e estragamos tudo” (Rousseau, 1994, Quinta Parte, Carta VII, p. 525).

Depois da reconciliação, referida nessa carta, Saint-Preux e o Sr. de Wolmar partem para Roma, sendo isto oportunidade para que, em carta, Sant-Preux agradeça ao Sr. de Wolmar por ter confiado a ele a educação de seus filhos. Portanto, nesta carta, ao se referir ao método de educação proposto, diz ele o seguinte: “Este sistema começa onde acaba o de Júlia, ou antes, ele é apenas sua continuação e seu desenvolvimento, pois tudo consiste em não estragar o homem da natureza ao adaptá-lo à sociedade” (Rousseau, 1994, Quinta Parte, Carta VIII, p. 527).

Júlia, isto é, a Sra. de Wolmar, dirigindo-se a sua Prima e amiga, Sra. d’Orbe, diz que, com exceção dela própria, a quem se refere como “tua Júlia”, “não pensavas que alguma coisa no mundo pudesse emocionar-te, como se os corações naturalmente sensíveis pudessesem sê-lo somente para um objeto e como somente a mim sabendo amar, tivesse podido amar bem a mim mesma” (Rousseau, 1944, Quinta Parte, Carta XIII, p. 541). Isto é, sendo eles sensíveis como o queria a natureza, restringe o seu amor a ela mesma, o que seria contraditório com a sua própria condição de ser sensível, uma negação do que era próprio ao seu coração.

Assim Júlia, nesta carta, continua relacionando o amor à natureza, ao se referir a ele como um “sentimento natural”, o que a levar a fazer a seguinte reflexão:

O amor em si mesmo será um crime? Não é ele a mais pura assim como a mais doce inclinação da natureza? Não tem ele uma finalidade boa e louvável? Não desdenha ele as almas baixas e rasteiras? Não anima ele as almas grandes e fortes? Não enobrece ele todos os seus sentimentos? Não duplica ele seu ser? Não as eleva acima de si mesmas? Ah! se para ser honesta e sensata é preciso ser inacessível aos seus dardos, diz, que resta para a virtude na terra? O refúgio da natureza e o mais vil dos morais (Rousseau, 1994, Carta XIII, p. 544)

A natureza é também entendida aqui como um recanto, onde se pode refugiar aqueles que amam e que, por isso, são tratados como criminosos. E vemos aí Júlia referindo-se “amor em si mesmo”. O que seria isso? Justamente “a mais doce inclinação da natureza” que, por sua vez, identifica-se com um “sentimento natural”. Sentimento esse que impulsiona as “almas grandes e fortes”, ao mesmo tempo despreza as “baixas e rasteiras”. O amor imprime-se assim como um sentimento que não é outra coisa senão a manifestação da natureza, firmando-se como o maior dos sentimentos.

8. Conforme o exposto na “sexta parte”

Na Carta XIII da Quinta Parte, Júlia, como Sra. De Wolmar, dirige-se à Sra. D’Orbe, sua amiga Clara, referindo-se ao sentimento natural que ela identifica com o amor. Agora, na Carta II da Sexta-Parte, a Sra. D’Orbe, volta-se para a sua amiga Júlia de Wolmar, para lhe dizer que os sentimentos de amor, que são naturais, não deixarão de voltar por causa do que se faça ou tente fazer para afastá-los. Pois o amor está acima de tudo que lhe contrarie, como é o caso do orgulho ou de todo mal-estar que se queira combater, o mesmo valendo dizer em relação à opinião pública. Cabe aqui perguntar pela significação do amor-próprio quando se trata das relações amorosas. Os seus jogos não podem ser o indicativo da manifestação dos sentimentos naturais referidos como amor? Não se trata, pois, de respeitar antes de tudo a natureza refletida nesse sentimento referido como natural?

Clara diz a Júlia que continuará brincalhona por vergonha e por modéstia. Mas chama a atenção para o fato de que tudo poderia acontecer “como menos naturalidade”, isto é, com menos espontaneidade. Neste sentido, tudo poderia acontecer de forma mais espontânea, mas não é o caso., uma vez que “não acontecia com a mesma moderação” (Rousseau, 1994, Carta XIII, Quinta Parte, p. 554).

Clara se manifesta a sua contrariedade em relação ao casamento como algo que existe independentemente do seu próprio do seu “temperamento”, afirmando que se trata de uma “aversão

natural pelo jugo do casamento". Neste sentido, diz ser da própria natureza a aversão à prisão que o casamento representa. Fica aqui subentendido que, se a natureza é contrária ao jugo do casamento, ela não quer que a mulher se submeta aos caprichos de uma convenção social. Esta convenção social com tudo que lhe diz respeito não impedirá a expressão do sentimento mais natural, que se identifica com o amor. Daí afirma clara que não é preciso mais repetir o que ela tantas vezes disse sobre o casamento e suas consequências e que por isso limita-se naquele momento "a uma única objeção", extraída da sua própria voz, que é tão sagrada que ninguém no mundo respeita tanto quanto Júlia. Por isso, ao afirmar que a Prima pode, afastando "essa objeção", ela se rende (Rousseau, 1994, Carta II, Sexta Parte, p. 557). Por essa objeção entendia Clara ser a seguinte: "A lembrança de meu marido não me faz enrubescer, gosto de chamá-lo como testemunha de minha inocência e por que temeria fazer diante de sua imagem tudo o que fazia outrora diante dele?" (Rousseau, 1994, Carta XIII, Quinta Parte, p. 557).

9. Considerações finais

Discorrendo sobre o exposto em diferentes cartas que compõem a obra, damo-nos conta de que Rousseau procurou situar em meio à natureza toda inclinação humana ao amor, que não se efetivaria sem o desejo que se faz como manifestação dessa natureza. Porém, trata-se da mesma natureza contrariada pelos costumes. E quando postos em direção contrária ao que é natural, os desejos são contrariados, sufocados, os sentimentos são reprimidos, o que significa dizer da repressão da sexualidade, razão pela qual o amor se faz em meio à sublimação, desvirtuando o seu sentido originário.

Debatendo-se contra os costumes, mas sem querer contrariar a tradição representada pelo pai, Júlia se submete a esses costumes, ao tempo que a natureza, em suas formas diferentes de ser, é ressaltada em suas formas paisagísticas, muito bem demonstradas pelos bosques e pelos jardins, a exemplo do exposto no que se fez contemplar em Clarens. Ou seja, uma forma de sublimação de todo amor compreendido nas relações dos amantes, que foram impedidos ao casamento pelos costumes representados pelo pai de Júlia, sendo ela submetida ao matrimônio que fora contraído com Wolmar.

Por outro lado, em meio a toda repressão e preconceitos, há de se considerar as conversões o amor à amizade ou desta em amor, abrindo-se horizontes para os laços afetivos que deixam de ser exclusividades. Daí se poder perguntar pelas possíveis passagens dos pares aos trios, aos quartetos, fontes de preconceitos, mas também revelações de modos de ser da natureza que exigem diferentes arranjos de convivência social que têm no casamento seu referencial, porém submetido aos ditames

dos costumes de diferentes povos em diferentes espaços do tempo. Falamos assim da história em suas diferentes manifestações da cultura.

Referências

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Júlia ou a Nova Heloísa**: cartas de dois amantes habitantes de uma cidadezinha ao pé dos Alpes. Tradução por Fulvia M. L. Moretto. São Paulo: HUCITEC; Campinas: UNICAMP, 1994. 660 p. (Literatura Estrangeira, 6). Tradução de: *Julie ou la Nouvelle Héloïse*.

Recebido em: 14/09/2025

Aprovado em: 11/10/2025